ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL (CONFIS) Nº 12 /2026.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia **vinte e três de julho de dois mil e vinte e seis**, reuniram-se de forma hibrida, **ORDINARIAMENTE** os membros do Conselho Fiscal - CONFIS, nomeados em conformidade com Lei Complementar Municipal nº 154 de 14 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 21, de 18 de fevereiro de 2025. Participaram virtualmente, os conselheiros Alberto Luiz de Barros Vianna; Paulo Roberto dos Santos Rocha e Allan Nunes Marques; o senhor Maciley dos Santos Amorim, presidente do IBASMA e a senhora Elaine Aparecida, assessora executiva do IBASMA. Incialmente o senhor Maciley consignou o alcance do quórum para a abertura dos trabalhos, solicitando em seguida a senhora Elaine, para que a mesma compartilhasse os arquivos contendo as informações dos temas da reunião. Perguntado aos conselheiros se os mesmos receberam os arquivos encaminhados antecipadamente pelo grupo do confis no whatsapp. Situação afirmada por todos. Comentando sobre o primeiro tema relacionado sobre o balancete das receitas e balancete das despesas, o senhor Maciley questionou os conselheiros se os mesmos gostariam de fazer algumas colocações com relação ao tema. De pronto o conselheiro Paulo, se manifestou com o posicionamento de satisfatórias as informações. Em seguida o conselheiro Alberto expos que tinha observado os demais documentos, ficando pendentes os balancetes. O conselheiro Allan pontuou pela satisfação plena pelos registros apresentados nos documentos observados. Em ato continuo o senhor Maciley falou sobre os valores registrados, onde pela receita ingressada no mês de junho o montante de R$ 9.003.912,14 (três milhões, três mil, novecentos e doze reais e quatorze centavos), e o acumulado no ano R$ 53.988.583,04 (quinhentos e três milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos). Em referência as despesas os valores consignados foram de R$ 6.551.070,50 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setenta reais e cinquenta centavos) no mês de junho e no exercício corrente o total de R$ 38.578.458,07 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos). Pelo segundo tema, foi discorrido inicialmente pelo senhor Maciley os registros das despesas administrativas, sendo solicitado para a senhora Elaine, compartilhar a apresentação com os slides, onde foi apontado o valor de R$ 260.019,46 (duzentos e sessenta mil, dezenove reais e quarenta e seis centavos)dispendido no mês de junho, e no ano de 2026 R$ 1.256.533,32(um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos),sendo considerado pelo mediador, a colocação de que os valores estão bem aquém dos fixados para a taxa de administração fixada para o exercício. No tocante as despesas previdenciárias os números apresentados destacaram o valor de R$ 5.474.893,13 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e treze centavos) que custearam o benefício com os inativos no mês de junho, em um quantitativo de 1201 benefícios e 1142 beneficiários. As pensões apresentaram no mês de análise uma despesa de R$ 719.107,24 (setecentos e dezenove mil, cento e sete reais e vinte e quatro centavos) que custearam 279 benefícios para 306 dependentes. Posto ainda que, as despesas com as pensões tiveram um declínio, porém, a previsão para o próximo mês é um aumento desses tipos benefícios. Com a intervenção, a senhora Elaine, pontuou que existe 3 ou 4 pensões em análise. Nesse momento foi colocada à disposição a palavra. Todos participantes se manifestaram como satisfatórias as colocações e se inclinaram para o prosseguimento da reunião. Pelo terceiro tema, foram apontados os dados relacionados ao relatório de investimentos, considerando a data focal de 30/06/2026, onde o valor acumulado na carteira registrou R$ 126.620.526,33 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e vinte mil, quinhentos e vinte e

seis reais e trinta e três centavos), cujo o valor de R$ 122.046.546,57 (cento vinte e dois milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) em investimentos e R$ 4.573.979,76 (quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos) considerados como disponibilidade financeira. Ao longo do mês o retorno monetário positivo de R$ 585.942,71 (quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), ressaltado pelo mediador, que o mês de junho não foi um mês bom, apresentando um retorno percentual de 0,48% considerando todos os seguimentos de ativos da carteira. Em um comparativo, confrontando o percentual acumulado no ano com a meta atuarial fixada para o exercício. No período o acumulado na carteira foi de 5,83%, percentual aquém da meta calculada que foi de 6,17%. O valor acumulado no ano consignou o montante positivo de R$ 6.222.077,17 (seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, setenta e sete reais e dezessete centavos). No mês de junho não houveram resgates, mas sim aplicações no total de R$ 4.884.280,87 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos). No segmento de renda fixa apresentou uma performance de 0,53% correspondendo monetariamente a R$ 626.715,74 (seiscentos e vinte e seis mil, setecentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), Em renda variável todos os ativos apresentaram rentabilidades negativas com o percentual de 1,24% - R$ 40.773,03 (quarenta mil setecentos e setenta e três reais e três centavos), exceto o fundo BB TECNOLOGIA RESP LIMITADA FIF AÇÕES que performou positivamente em 1,68%. Ressaltou o mediador, que o presente relatório demonstra em sua composição, os posicionamentos dos ativos, seus segmentos, suas rentabilidades e retornos, registrados ao longo do último trimestre e semestre no ano de 2025, bem como a performance individualizada de cada fundo ao longo do tempo, além dos apontamentos e comentários realizados pela consultoria. Em ato continuo o senhor Maciley dispôs a palavra aos participantes, onde todos se manifestaram de forma satisfatória com os registros e a apresentação das informações. Considerando o tema relacionado aos relatórios do primeiro e segundo semestres do ano de 2025 elaborado pelo controle interno do IBASMA, visando a ciência e o conhecimento das ações do controle interno pelos membros do conselho fiscal, e que os caracterizados documentos serão conduzidos ao conselho de administração para a sua devida deliberação. Agregando que, mesmo sem ser uma atribuição do conselho fiscal, a diretoria do IBASMA adotou essa medida de compartilhamento, visando à transparência e o acesso as demais atividades institucionais, destacando que, caso os conselheiros optem por realizar algumas considerações, as mesmas serão levadas ao conselho de administração para a abordagem e condizente deliberação. Em ato continuo o mediador colocou a palavra aos conselheiros. Onde todos se posicionaram como aprovadas as ações praticadas e os documentos apresentados na reunião. Em sequência o conselheiro Paulo, perguntou sobre a segregação da massa. O senhor Maciley informou que diante da nova consultoria atuarial, recentemente contratada, a empresa apresentou um estudo considerando um plano de amortização da massa, sem a necessidade de segregação da massa, relatando que o referido estudo foi levado ao conselho de administração através de uma reunião extraordinária, com a participação do atuário responsável pela elaboração do estudo, e em seguida foi apresentado a Administração Direta, a qual se inclinou em aderir, a implantar o plano de amortização da forma como foi confeccionada. Atuando nesse sentido foi protocolado no Município além dos documentos do estudo, demais documentos necessários para subsidiar a análise, o tramite e a efetivação do plano de amortização, dentre os quais a minuta de projeto de lei específica. Ficando no momento apartada a segregação da massa. Condição compreendida pelo conselheiro Paulo. O mediador ponderou ainda,

comentando que os cenários apresentados na ultima avaliação atuarial são objetos de recusa pelo Município, onde a gestão relata que não existe condições financeiras e orçamentárias de repassar aproximadamente R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por mês para o IBASMA, mas que o atual estudo que considerou o repasse mensal de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), permitirá uma avaliação e possível implantação de um plano de amortização. Foi considerado pelo conselheiro Paulo, *"...de onde sai o valor que é pago,...desse negócio que é moeda araru, que é R$ 200,00 (duzentos reais) por cada aluno?"*. O mediador verbalizou que não tem o conhecimento da fonte do recurso para o custeio da despesa, mas ponderou que possivelmente pode ser dos recursos do FUNDEB. Em nova intervenção o conselheiro Paulo, comentou que caso fosse de recursos próprios, seria possível repassar os R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) previstos na avaliação atuarial, complementando o comentário, dizendo que: "*Olhando para frente não vemos nada bom,...*". Ainda sobre o tema, o mediador perguntou ao conselheiro Allan, se o mesmo saberia responde a origem da fonte de custeio do programa citado pelo conselheiro Paulo. O mesmo confirmou que a origem é com recursos do FUNDEB, pois com os recursos próprios, o Município não teria como implantar o programa. Na sequência o senhor Maciley realizou suas considerações finais se despedindo dos demais e dando como encerrada a reunião.

Araruama, 23 de julho de 2026.

Allan Nunes Marques
Membro CONFIS

Alberto Luiz de Barros Vianna
Membro CONFIS

Maciley dos Santos Amorim
Presidente IBASMA

Paulo Roberto dos Santos Rocha
Membro CONFIS

Elaine Aparecida Correia Lopes
Assessora Executiva - IBASMA